

UNIVERSIDADE FEDERAL DE  
RONDÔNIA

CENTRO INTERDISCIPLINAR  
DE ESTUDO E PESQUISA DO  
IMAGINÁRIO SOCIAL



REVISTA LABIRINTO  
ANO XVI  
VOLUME 24  
NÚMERO 2  
(JAN-JUN)  
2016  
PP. 110-133.

## **DISCURSOS MONARQUISTAS E REPUBLICANOS SOBRE TIRADENTES NOS MANUAIS ESCOLARES DE HISTÓRIA DO BRASIL**

(SPEECHES MONARCHISTS AND REPUBLICANS ON TIRADENTES IN SCHOOL TEXTBOOKS OF HISTORY OF BRAZIL)

MA. LUCIANA COELHO GAMA

*Professora da rede estadual de ensino de Mato Grosso*  
*lu\_cgama@yahoo.com.br*

**RESUMO:** O presente estudo pretende analisar representações discursivas produzidas por intelectuais monarquistas e republicanos a respeito de Tiradentes, tendo como fontes obras didáticas do século XIX e início do século XX. Examinamos os conteúdos das fontes em questão verificando os discursos a respeito do alferes e seu papel na Inconfidência Mineira, onde intelectuais monarquistas tendem a retratá-lo como personagem medíocre, enquanto republicanos o vêem como maior vulto do movimento mineiro e herói nacional. Nesse sentido, a figura de Tiradentes é considerada um elemento-chave para a construção da identidade nacional por meio do discurso didático.

**PALAVRAS-CHAVE:** Tiradentes; Monarquia; República; Manuais didáticos.

**ABSTRACT:** This present study aims to analyze discursive representations produced by monarchist and republican intellectuals about Tiradentes, it's having as sources the didactic works of the Nineteenth Century and early Twentieth Century. We have examined the content of the sources in question by checking the discourses about the lieutenant and his role in the Inconfidência Mineira, where monarchist intellectuals tend to portray him as mediocre character, while Republicans see as major figure of Minas Gerais's movement and national hero. In this sense , the figure of Tiradentes is considered a key element for the construction of national identity through didactic discourse .

**KEYWORDS:** Tiradentes; Monarchy; Republic; Textbooks.

Os manuais didáticos configuram-se como elementos importantes para a disseminação das narrativas históricas oficiais, sendo alvos de divergências políticas e influências conjunturais. “O livro didático, por essa razão, justifica-se como fonte rica de pesquisa por se constituir espaço privilegiado de disputas políticas e construção de identidades. Nele, existem diferentes personagens e modelos de interpretação em jogo” (RIBEIRO, 2007, p. 2). Nesse sentido, Joaquim José da Silva Xavier, o alferes *Tiradentes*, mais conhecido participante do movimento setecentista *Inconfidência Mineira*, é um personagem histórico emblemático, pois as disputas de monarquistas e republicanos em torno de sua memória contribuíram significativamente para a construção da identidade nacional brasileira, pautada em grande parte nas narrativas didáticas. Considerado pouco relevante para o país pelos historiadores monarquistas, o alferes teve sua imagem ressignificada e transformou-se em herói nacional com o advento da República, tendo sua imagem mítica consolidada nos bancos escolares.

Segundo Circe Bittencourt, os livros didáticos fazem parte do cotidiano escolar há no mínimo dois séculos, tornando-se familiares às pessoas e constituindo-se em ricos objetos de estudo. Apesar de

muito disseminados, são objetos culturais complexos e de difícil definição, podendo ser entendidos como mercadorias, suportes de conhecimentos escolares e métodos pedagógicos ou mesmo veículos de sistemas de valores (BITTENCOURT, 2008, p. 299-302). É nessa última perspectiva que trabalharemos neste artigo, pois os valores institucionais da Monarquia e da República certamente estiveram presentes nas produções didáticas desses períodos, determinando como os autores abordariam Tiradentes e sua função na Inconfidência Mineira nesses manuais.

Os manuais escolares serão aqui utilizados como fontes para a análise dos discursos dos intelectuais que os produziram nos contextos do segundo reinado e início da república no Brasil. Entendemos que as narrativas didáticas são moldadas pela conjuntura em que foram fabricadas e pelo lugar de fala do autor, mobilizador direto do tipo de pesquisa realizado e dos interesses a serem contemplados (CERTEAU, 1982, p. 41). Os conteúdos dos livros didáticos podem ser analisados com base na concepção histórica do escritor, mesmo que esta não seja explicitada na obra (BITTENCOURT, 2008, p. 313). É importante para isso que se verifiquem as entrelinhas, como o número de páginas destinadas aos temas, as opiniões implícitas, os

discursos usados como base (citados ou não). Nesse sentido é que procuraremos compreender as visões dos autores didáticos sobre Tiradentes, relacionando-as com as configurações políticas e institucionais que formaram suas percepções históricas.

Sabemos que a História como disciplina escolar surgiu atrelada à História acadêmica (ABUD, 2001, p. 29), havendo influência da historiografia oficial, ligada ao poder estatal, na escolha e abordagem dos conteúdos a serem tratados pelos livros didáticos. No Brasil esta relação evidencia-se durante a Monarquia, com a criação da instituição de ensino Colégio Pedro II em 1837 e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) no ano de 1838. As duas instituições mantinham estreitas relações e tinham como objetivo o fortalecimento do Estado, colocando em primeiro plano a questão da nacionalidade. O Colégio seguia em seu programa as concepções históricas criadas pelos intelectuais do grêmio (ABUD, 2001, p. 30), e ambos eram ligados fortemente ao imperador D. Pedro II.

Podemos afirmar, portanto, que a História, em sua trajetória de construção como disciplina escolar, tornou-se vinculada aos interesses da ordem política. Na Europa, desde o início do século XIX, os objetivos da disciplina foram controlados pelo Estado, e a relação

cada vez mais se fortaleceu, podendo ser observada também no Brasil. Segundo Fonseca,

A afirmação das identidades nacionais e a legitimação dos poderes políticos fizeram com que a História ocupasse posição central no conjunto de disciplinas escolares, pois cabia-lhe apresentar às crianças e aos jovens o passado glorioso da nação e os feitos dos grandes vultos da pátria. Esses eram os objetivos da historiografia comprometida com o Estado e sua produção alcançava os bancos escolares por meio dos programas oficiais e dos livros didáticos, elaborados sob o estreito controle dos detentores do poder (FONSECA, 2003, p. 24).

Entendemos aqui os livros didáticos como construtores de identidade nacional, ou seja, da ideia de unidade cívica e cultural que diferencia o Brasil de outros países. Longe de ser elemento inerente ao indivíduo, a ideia de fazer parte de uma nação é forjada por uma série de representações e símbolos, entre eles o herói nacional. Segundo Stuart Hall: “[...] na verdade, as identidades nacionais não são coisas com as quais nós nascemos, mas são formadas e transformadas no interior das representações” (HALL, 2006, p. 48, grifo do

autor). Dessa forma, a noção de pertencimento à nação brasileira é constituída por um conjunto de representações simbólicas construídas discursivamente.

Paulo Miceli neste sentido aponta que a nação não é algo concreto e acabado, mas um conceito criado e que depende da legitimação dos indivíduos para existir: “a nação não é uma coisa dada e pronta para todo o sempre, pois depende da criação constante para que possa durar e para que as pessoas acreditem nela” (MICELI, 1994, p. 13). Os bancos escolares e o ensino de História são importantes neste processo, legitimando regimes políticos, organizações sociais, inimigos e heróis da pátria. A figura do herói é decisiva para que o povo se sinta tributário de um passado glorioso e unificador. O herói é aquele que congrega todas as aspirações populares em torno de si e é capaz de sacrificar-se pela causa nacional, sendo por isso um exemplo de patriota, mesmo que, como no caso de Tiradentes, o martírio não necessariamente tenha ocorrido por um projeto nacionalista, visto que os objetivos dos incondientes não estavam bem definidos e a ideia de independência num primeiro momento abarcava apenas Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo (CARVALHO, 1990, p. 67).

A formação identitária da nação se dá com base em discursos, em narrativas que constroem símbolos capazes de representar as experiências e aspirações da população (HALL, 2006, p. 52). Tiradentes foi um desses símbolos, pelo menos após o fortalecimento da ideia de República no Brasil. Seu culto foi iniciado por grupos letrados ligados ao republicanismo, com destaque para os positivistas, e foi aceito pela população, já que Tiradentes possuía características caras aos brasileiros, como a religiosidade (CARVALHO, 1990, p. 65-67).

No período anterior à República, a partir das primeiras décadas do século XIX, com a independência e constituição do Estado Nacional, começaram os projetos para educação no Império (FONSECA, 2003, p. 37). O principal objetivo do sistema educacional, principalmente na segunda metade daquele século, era a formação das elites que dirigiriam o país, o que estava diretamente ligado às questões identitárias. Neste sentido, a pluralidade cultural do Brasil dificultava a formação de uma identidade homogênea:

Como pensar na formulação de um projeto de educação para o Brasil, numa perspectiva uniformizadora, naquele império vasto e plural que, na segunda metade do oitocentos, passava por sensíveis transformações? Se a

análise se volta para os posicionamentos e as ações das elites políticas e intelectuais, será necessário considerar uma dimensão que creio ser de grande importância para o tema, isto é, a da construção de uma identidade nacional, que teria na educação um de seus principais esteios. Do século XIX até a década de 30 do século XX essas elites colocaram a questão da identidade no centro de suas reflexões sobre a construção da nação [...]. Não por acaso esta questão ocupou o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), criado em 1838, em sua missão de elaborar uma história nacional e de difundi-la por meio da educação, mais precisamente por meio do ensino de História (FONSECA, 2003, p. 46).

Os manuais escolares foram meios para que os poderes políticos construíssem e propagassem seu ideal de identidade nas escolas. Pelo menos após a Proclamação da República, encontramos Tiradentes entre os grandes vultos patrióticos que ajudavam a sedimentar o sentimento nacionalista. Antes disso, os manuais escolares produzidos no império traziam Tiradentes com pouco destaque, em lições geralmente curtas que tratavam sobre a Inconfidência Mineira, sendo Dom Pedro I a figura mais próxima de um herói

nacional. Entretanto, conforme o sistema republicano foi sendo sedimentado, Tiradentes tornou-se personagem emblemático até ser transformado no maior símbolo de heroísmo nacional.

A partir de agora verificaremos se os autores de livros didáticos de destaque nos períodos monárquico e início do republicano refletiram em suas escritas os contextos de época em que estavam inseridos. Segundo Circe Bittencourt, desde o início da produção didática no Brasil, no século XIX, esses livros eram considerados obras de menor importância. No entanto, os autores dedicados a esse ramo são também intelectuais (BITTENCOURT, 2004, p. 479), e é sob essa perspectiva que as obras serão aqui analisadas, pois, sobretudo no período a que nos referimos encontramos autores de grande renome dedicados aos manuais escolares.

Sabemos que as dimensões da produção historiográfica escolar são condicionadas por fatores como as políticas públicas educacionais, os interesses editoriais e dos fabricantes (BITTENCOURT, 2004, p. 479). No entanto, as análises aqui realizadas se limitarão a abordar como as conjunturas de época influenciaram as imagens de Tiradentes retratadas nos livros didáticos, servindo como instrumentos legitimadores da construção identitária através das escolas.

**MANUAIS DIDÁTICOS DO PERÍODO MONÁRQUICO: AS OBRAS ESCOLARES DE JOAQUIM MANUEL DE MACEDO E LUIZ DE QUEIRÓS MATTOSO MAIA**

O sistema de ensino do Império brasileiro no pós-independência deu à história *status* de disciplina com caráter científico e estrutura delimitada (FONSECA, 2003, p. 42). Um dos pilares dessa sistematização foi a construção de uma identidade brasileira unificada num país ainda em formação. Em se tratando de construção da identidade nacional através da história, o IHGB teve papel preponderante nesse processo, sobretudo durante o período monárquico. O ensino de história focava-se cada vez mais na “ordem” e “civilização”, e “seus conteúdos e formas de abordagem refletiam as características da produção historiográfica então em curso, sob os auspícios do IHGB” (FONSECA, 2003, p. 47). Neste momento, a intenção era formar a futura elite dirigente do país e buscar nos antepassados os exemplos de conduta. Sob a regência do IHGB, “em função dessa orientação ganhou importância a pesquisa biográfica, dando destaque para as personalidades que pudessem inspirar novas ações cujo conteúdo devesse ser imitado” (COSTA, 2008, p. 31).

No período imperial, Tiradentes não era uma dessas personalidades exemplares, pois participou de um movimento de cunho republicano cujos ideais incomodavam os monarquistas que ditavam as diretrizes historiográficas do IHGB. A Inconfidência Mineira era aceita no máximo enquanto conspiração libertária, mas fadada ao fracasso por intentar o modelo republicano que esfacelaria o território brasileiro, e Tiradentes era aceito apenas como mártir dessa causa equivocada, sendo considerado personagem de pouca relevância histórica.

Nesse cenário, surgiu a demanda por manuais escolares que descrevessem a história nacional para crianças e jovens em idade escolar, atendendo as expectativas do poder Imperial. Gilberto Luiz Alves aponta que a disciplina História

Contribui para revelar como se iniciou o processo de produção de manuais didáticos no País. Após a Independência, as demais áreas não voltadas ao conhecimento do Brasil continuaram a utilizar manuais didáticos estrangeiros, difundidos desde a época colonial. Eram manuais portugueses e franceses, em especial. Mas, a Independência gerou, repentinamente, a necessidade de um

tipo de conhecimento que reinterpretasse o Brasil a partir de interesses patrióticos, contribuindo para lastrear o processo de “invenção das tradições” nacionais. Nesse movimento, começaram a ser produzidos compêndios de literatura brasileira, de história, de geografia e de corografia do Brasil (ALVES, 2009, p. 7).

As publicações didáticas de história ganharam relevância com o advento do Colégio Pedro II. Criado durante o Período Regencial, em 1837, seus programas curriculares a partir de 1838 contaram com o ensino de história ao longo de suas oito séries, e serviram de base para as demais instituições do país (FONSECA, 2003, p. 48). D. Pedro II não era ligado ao colégio apenas pelo nome, mas pela presença constante na instituição, onde selecionava professores, assistia a provas, participava de formaturas e custeava reformas. O apreço do monarca pelo estabelecimento de ensino era tanto que o chamava de “meu colégio” e afirmava que, se não fosse imperador, seria mestre-escola (SCHWARCZ, 1998, p. 236).

A relação próxima do imperador com o colégio que levava seu nome era semelhante a que mantinha com o IHGB, o que explica porque diversos intelectuais

ligados ao grêmio atuaram também como professores do Colégio Pedro II. Esses intelectuais, gravitando em torno do imperador, produziram manuais escolares que refletiam os ideais da historiografia oficial, de forte cunho monárquico, produzida pelo Instituto: “[...] “tem sido assinalada, na história da produção didática de história nacional, a articulação de dois elementos que estimulam e consolidam essa produção: o lugar social do autor – o Colégio Pedro II – e a instituição científica abalizadora – o IHGB” (GASPARELLO, 2002, p. 1-2). Essa articulação definia os rumos dos discursos empregados nos manuais, mesmo estes sendo escritos de forma simplificada, voltada para as demandas escolares. “Não existe relato histórico no qual não esteja explicitada a relação com um corpo social e com uma instituição de saber” (CERTEAU, 1982, p. 92-93), ou seja, ou autores de livros didáticos, da mesma forma que os das obras clássicas, produziram narrativas sob influência das instituições a que estavam atrelados, e essas por sua vez estavam ligadas ao poder político oficial.

A construção da nacionalidade em manuais escolares sob a ótica imperial inicia-se, segundo Arlette Gasparello, com o livro *Lições de História do Brasil*, do romancista, membro do IHGB e professor do Colégio Pedro II, Joaquim Manuel de Macedo (1820-1882)

(GASPARELLO, 2002, p. 5). O autor, nascido no estado do Rio de Janeiro, formou-se em medicina, mas pouco exerceu a profissão. Aos 24 anos, na mesma época em que se formava, publicou o romance *A Moreninha*, obtendo grande sucesso e diversas reedições; em 1845, ano seguinte à publicação, foi convidado por Manuel de Araújo Porto Alegre e Joaquim Norberto de Souza Silva a ingressar no IHGB, onde ocupou cargos como o de primeiro secretário, orador e primeiro vice-presidente (QUEIROZ, 2011, p. 25-29). Em 1849 foi nomeado professor do Colégio Pedro II, lecionando Geografia e História. O autor era próximo a D. Pedro II e foi preceptor de suas filhas Isabel e Leopoldina, ensinando História e Português sem cobrar remuneração. Também publicou o poema *A nebulosa*, financiado pelo Imperador e a ele dedicado. Foi ainda político, exercendo a função de deputado na Assembleia Provincial do Rio de Janeiro entre 1854 e 1859 e na Assembleia Geral em 1867 e 1868 e entre 1878 e 1881 (QUEIROZ, 2011, p. 24-29).

Macedo, como membro do IHGB e estando na órbita de Dom Pedro II, era um defensor da ordem monárquica. Sendo assim, verificaremos se em suas *Lições de História do Brasil* são encontradas influências

do pensamento monarquista no que diz respeito a Tiradentes.

O manual didático *Lições de História do Brasil para uso das escolas de instrução primária* foi publicado pela primeira vez em 1865. Analisaremos a nona edição revista e melhorada, que não apresenta data, publicada pela Livraria Garnier. Conta com 393 páginas e 44 capítulos ou “lições” que narram desde os antecedentes da chegada dos portugueses ao Brasil até a coroação de D. Pedro I como primeiro imperador do país.

A Inconfidência Mineira é tratada na lição XXIX, chamada “Primeiras idéas de independência do Brasil”. São nove páginas, sendo pouco mais de três de texto narrativo e as demais de “explicações” dos termos mais difíceis, quadro com as datas dos acontecimentos principais e perguntas para os alunos responderem. O autor inicia com o contexto dos estudantes que viviam na Europa e os ideais de libertar o Brasil que, segundo o texto, existiam principalmente em Minas Gerais. Os homens letrados da capitania planejavam um levante contra o domínio português e se reuniam em casas dos chefes, como Cláudio Manuel da Costa (MACEDO, s/d, p. 268). Tiradentes estava entre eles, com a função de arregimentar apoio: “para alliciar a coadjuvação dos

Fluminenses, e comprar armas e munições, partio para o Rio de Janeiro o alferes Joaquim José da Silva Xavier, que ali já havia estado e conferenciado com o Dr. José Alves Maciel, recentemente chegado da Europa” (MACEDO, s/d, p. 269).

O autor segue narrando os planos traçados, seguido da denúncia e prisão dos inconfidentes, sendo que os chefes foram presos em Minas Gerais e Tiradentes no Rio de Janeiro (MACEDO, s/d, p. 269), o que demonstra que, em sua visão, Tiradentes não estava entre os líderes da conspiração. Segue Macedo apontando que a alçada condenou diversos réus à pena de morte, porém a rainha Maria I transformou a maioria das penas em degredos, com exceção de Tiradentes. O autor não explica porque apenas o alferes teve a condenação mantida, apenas afirma que

Considerado pela alçada *criminoso imperdoavel*, conforme uma triste exceção deixada d'aquella mesma carta regia, subio á forca no dia 21 de Abril de 1792, mostrando antes e durante a execução a mais inabalavel coragem, legando seu nome ou antes sua alcunha a essa conjuração, e ficando sua memoria elevada acima de todos os seus companheiros, pelo

fulgor da corôa do martyrio (MACEDO, s/d, p. 269-270, grifo do autor).

Podemos entender que a partir desse trecho, Manuel de Macedo apesar de monarquista traz uma representação heroica de Tiradentes em seu manual escolar. Um exame mais detido, porém, evidencia que para o autor, Tiradentes não era um herói nacional ou exemplo patriótico, nem mesmo idealizador ou cabeça da Inconfidência Mineira. O alferes era sim um homem de muita coragem e mostrou isso no momento de sua execução, mas essa força não o elevou ao panteão de heróis nacionais, apenas o colocou acima dos demais participantes do levante mineiro. No texto de Macedo Tiradentes é tratado como personagem secundário, que tinha somente a tarefa de propagar os intentos dos inconfidentes.

Quando comparamos o tratamento dado a Tiradentes e ao herói dos monarquistas, D. Pedro I, no discurso de Macedo, encontramos sensível diferença: o primeiro imperador do Brasil é tido como um grande patriota, que com seu grito as margens do rio Ipiranga libertaram e influenciaram todo o povo brasileiro (MACEDO, s/d, p. 337). Em *Lições de História do Brasil*, a preocupação de Macedo foi escrever com base nas

diretrizes educacionais do Colégio Pedro II e nos objetivos definidos pelos IHGB para a escrita da História (FONSECA, 2003, p. 49). Assim, era natural que a obra do autor apresentasse D. Pedro I como protagonista e Tiradentes como coadjuvante no que diz respeito ao sentimento patriótico brasileiro.

Após Joaquim Manuel de Macedo, outro expoente da produção didática do período monárquico é Luiz de Queirós Mattoso Maia. O autor, assim como Macedo, atuou como docente no Colégio Pedro II, assumindo interinamente a cadeira de História e Corografia do Brasil no internato da instituição por três anos, até que em 1879 foi aprovado em concurso, ocupando a cátedra definitivamente (MOREIRA, 2010, p. 40). Poucas informações estão disponíveis sobre este autor, mas sabemos que se formou em medicina no Rio de Janeiro, chegando a exercer a função de médico na Guerra contra o Paraguai, mas destacou-se principalmente como autor didático. Sua principal obra escolar, assim como a de Macedo, chama-se *Lições de História do Brasil*, e foi produzida a partir das aulas de Maia no Colégio Pedro II para uso dos próprios estudantes<sup>i</sup>. A primeira edição data de 1880, período em que a ordem imperial brasileira já estava se enfraquecendo (MOREIRA, 2010, p. 40).

Analisaremos a sexta edição, datada de 1908. A esta altura, o manual já tinha circulação nacional, e devido a solicitações de diversas partes do país, os familiares do autor providenciaram a reedição da obra pela Tipografia Amerino, após tentarem sem sucesso que o governo o fizesse (MAIA, 1908, s/p)<sup>ii</sup>. A edição analisada possui 380 páginas e 40 “lições” que relatam desde as grandes navegações portuguesas até a Proclamação da República, esta última certamente acrescentada nas edições que se sucederam ao evento. A lição XXVII, “Primeiras ideias de independência do Brasil – Conspiração malograda em Minas - O Tiradentes”, tem oito páginas. Em boa parte delas o autor descreve o contexto do Brasil colonial, a influência exercida pela Independência dos Estados Unidos e pelas ideias dos “grandes reformadores” europeus, que chegavam a Minas Gerais por intermédio de jornais e livros e fomentavam a revolta da população contra os abusos da metrópole (MAIA, 1908, p. 215-216).

Para Mattoso Maia, antes da conspiração de 1788-1789 apenas uma vez os colonos haviam tentado sacudir o jugo português, quando durante o reinado de D. João IV aclamaram Amador Bueno como novo rei, em São Paulo. No entanto, Bueno recusou a aclamação, o que o autor considerava sensato. Além disso, outros

movimentos como a Guerra dos Emboabas, a Guerra dos Mascates e a Revolta de Filipe dos Santos (chamada pelo autor de “revolta mineira contra as casas de fundição”) eram apenas manifestações de insatisfação e não tinham intenção separatista, na opinião do historiador (MAIA, 1908, p. 215-216).

Segue o autor relatando que estudantes brasileiros, que na Europa já traçavam planos para tornar o Brasil independente, chegaram a Minas Gerais e encontraram tais ideias em curso. Os conspiradores, Tiradentes incluso, reuniam-se em casa de Cláudio Manuel da Costa para projetar a revolta. Tiradentes então parte para o Rio de Janeiro, por sugestão de Francisco de Paula Freire de Andrade, para comprar armas e conseguir apoios (MAIA, 1908, p. 218-219). Antes que os planos fossem postos em prática, os revoltosos foram traídos e acabaram presos. Por clemência da rainha apenas Tiradentes foi condenado à morte e foi valente: “O Alferes Joaquim José da Silva Xavier foi o único julgado indigno da Real clemência, e com a maior coragem e resignação subiu ao patíbulo a 21 de abril de 1792” (MAIA, 1908, p. 220). Com a descrição da morte de Tiradentes, o autor encerra o capítulo:

Eis a história resumida da primeira tentativa malograda pela independência nacional, a que tão injustamente se tem dado o nome de “Conjuração”, enquanto não foi mais que um projecto de conspiradores e sim um plano definitivamente concertado, sem os iniciados terem sido ajuramentados, e principalmente sem ter havido um principio de execução de revolta. A independência do Brazil era uma questão adiada para melhores tempos: não se effectuou pelas combinações phantásticas dos patriotas mineiros (MAIA, 1908, p. 221-222).

Luiz de Queirós Mattoso Maia apresenta uma visão peculiar sobre a Inconfidência Mineira. Em primeiro lugar, ele a considera um movimento que realmente tinha a intenção de libertar a “nação” brasileira de Portugal. Entretanto, por não ter ocorrido uma revolta de fato, o ensaio de motim é minimizado, afinal não merecia nem a nomenclatura “Conjuração Mineira”, que já vinha sendo adotada e designava um movimento prático, na concepção do autor. Além disso, segundo a visão recorrente entre os autores do período monárquico – e mesmo alguns republicanos –, a tentativa não lograria êxito, pois o momento não era adequado para a Independência do Brasil. Sobre

Tiradentes, a interpretação também era tipicamente monarquista: o alferes não era líder do movimento, nem o idealizador. Era apenas um encarregado de conseguir apoios. Essa visão é evidenciada nas passagens em que o autor afirma que já havia um projeto de revolta em curso em Minas Gerais quando os estudantes que estavam na Europa chegaram à capitania. Mattoso Maia, com isso, não credita a ideia inicial a nenhum dos inconfidentes. O autor também não cita em nenhum momento a liderança do movimento, mas deixa claro que Tiradentes foi à busca de ajuda no Rio de Janeiro não por iniciativa própria, o que seria esperado de um líder, mas por recomendação de Freire de Andrade.

Esses exames mostram que tanto Joaquim Manuel de Macedo quanto Mattoso Maia tratam Tiradentes como um coadjuvante na História do Brasil, visto que participou de um movimento de importância reduzida e não passou de propagandista do mesmo. Essa visão é típica do período monárquico e foi abalizada pelo Colégio Pedro II, ao qual ambos estavam vinculados, e pelo IHGB, no caso de Joaquim Manuel de Macedo. A forma com que ambos enfocam os acontecimentos, dando importância a Tiradentes apenas por seu sacrifício em prol de uma causa que não se concretizou, demonstra que as escritas que se

propunham isentas e neutras, puramente narrativas sintetizadas para uso escolar, foram fabricadas em relação ao contexto monárquico dentro do qual estavam inseridos os autores, que não fugiram ao modelo de discurso próprio da sua época e local de produção.

#### **MANUAIS DIDÁTICOS DO PERÍODO REPUBLICANO: OBRAS ESCOLARES DE JOÃO RIBEIRO E ROCHA POMBO**

Com o advento da República, as perspectivas da História escolar se ampliaram, passando não apenas a exaltar a nacionalidade para formar os futuros dirigentes do país, mas também a atuar na construção da cidadania com base nos valores republicanos e na exaltação de um passado idealizado de lutas e heroísmo que engrandeceriam a nação (COSTA, 2008, p. 29). Nessa conjuntura se insere o historiador, poeta, pintor, folclorista, filólogo e crítico literário sergipano João Ribeiro (1860-1934). Aos 20 anos o autor passou a viver no Rio de Janeiro, onde se destacou como intelectual entre o final do Império e a República. Integrou instituições de relevo como a Academia Brasileira de Letras, o IHGB e o Colégio Pedro II (RODRIGUES, 2015, p.

1). Ribeiro convivia com nomes conceituados de sua época, escreveu no jornal do famoso republicano Quintino Bocaiúva, teve estreito laço de amizade com Silvío Romero. O autor posicionou-se a favor da República, sendo um entusiasta de Floriano Peixoto, porém mostrou-se gradativamente decepcionado com os rumos do novo regime (RODRIGUES, 2013, p. 388).

Sua obra escolar *História do Brasil* foi produzida em 1900, nas comemorações do quarto centenário da chegada dos portugueses ao Brasil, em três versões: ensino primário, ensino primário e secundário e ensino superior (FREITAS, 2003, p. 1). Analisaremos aqui a primeira edição do livro destinado ao ensino primário e secundário, produzida quando o autor era docente de História da Civilização e História do Brasil no Colégio Pedro II, chamado naquele período de Ginásio Nacional, numa tentativa republicana de desvincular o estabelecimento de ensino da lembrança do monarca<sup>iii</sup>. A obra foi editada por Jacintho Ribeiro dos Santos, conhecido pela publicação de livros didáticos e foi reeditada até meados do século XX (FREITAS, 2003, p. 2). Conta com 314 páginas divididas em nove capítulos que vão desde o descobrimento do Brasil até a abolição da escravatura e o início da República.

O sétimo capítulo, “Espírito de Autonomia”, trata sobre a conspiração de Minas Gerais em 14 páginas. O autor inicia com os antecedentes da Inconfidência, citando as agitações no continente europeu que culminaram com a Revolução Francesa e a Independência dos Estados Unidos, inspiração para as colônias das Américas. O sentimento de liberdade tomou conta dos brasileiros, que embora não estivessem preparados, uniram-se em conventículos contra a Coroa portuguesa. A falta de preparação ficava evidente ao se observarem os inconfidentes, homens brancos que não poderiam fazer uma revolução sem a presença dos mestiços, que já eram metade da população livre e, portanto, necessários para o sucesso de um empreendimento contra Portugal. Sobre isso, Ribeiro aponta: “O tentamen dos conjurados mineiros não é só uma empreza de literatos e philosophos, é, também, eis a sua falha de momento, uma conspiração de quasi portuguezes contra portuguezes” (RIBEIRO, 1900, p. 233). Segundo o autor, apesar da importância dos mestiços, estes ajudariam a libertar o Brasil caso fossem conclamados, mas dependeriam sempre da elite branca para guiá-los intelectual e moralmente (RIBEIRO, 1900, p. 234-235).

Os inconfidentes representavam, para João Ribeiro, o que havia “de mais elevado e puro” no Brasil (RIBEIRO, 1900, p. 238). Os letrados patriotas que foram para a Europa estudar iniciaram a conspiração, e José Joaquim da Maia, se não tivesse falecido prematuramente ainda na Europa, poderia dar ao projeto de independência melhores rumos do que os que foram traçados em Minas Gerais (RIBEIRO, 1900, p. 239). Entre os revoltosos estavam os homens mais ilustrados da região e sobre Tiradentes o autor afirma:

A alma da propaganda foi o alferes de cavallaria Joaquim José da Silva Xavier, por alcunha originada da sua profissão, o *Tiradentes*, homem de espírito religioso, de grande coragem e de nobilíssimo character, mas (tão enganado andava de seus planos) o mais indiscretos de todos (RIBEIRO, 1900, p. 243, grifo do autor).

Os planos seguiam mais princípios filosóficos do que práticos. O autor descreve a escolha do que seria a bandeira da nova República, com o triângulo da Santíssima Trindade “de devoção especial de Tiradentes” (RIBEIRO, 1900, p. 243-244) e os debates sobre as leis e reformas liberais que seriam implantadas,

até que os planos foram delatados pela “infâmia ou o egoísmo de um conjurado” (RIBEIRO, 1900, p. 244). Em relação à sentença aplicada ao alferes, destaca João Ribeiro:

Aberta a devassa e installada a alçada depois de longo e moroso processo foram julgados os culpados, cujos chefes foram comdemnados à morte.

A rainha D. Maria I, por um acto de clemência, commutou as penas de quase todos em extermínio para a África, e só um, o *Tiradentes*, subiu ao patíbulo (21 de abril de 1792) com grande serenidade e nobresa de animo (RIBEIRO, 1900, p. 244, grifo do autor).

Continua o autor abordando as reações de Tiradentes ao ser condenado:

Quase todos se arrependeram amargamente do passo que haviam dado; só o *Tiradentes* sorriu ao saber que não arrastava ao cadafalso os seus companheiros, e confortado na religião, em que era profunda a sua fé, conformou-se serenamente com o fatal destino.

Foi a sua descendência infamada e o corpo do martyr esquartejado; e os pedaços d'elle collocados em postes pelas estradas da capitania, attestavam aos vassallos o premio da rebeldia. Um dos espiritos leaes ao throno, escreveu que taes castigos ensinavam a aborrecer a culpa que expunha os homens a perder tudo. A lição porém nada teve de proveitosa; e o martyr *Tiradentes* contribuiu para perpetuar na memória publica mais a esperança do que o horror da liberdade (RIBEIRO, 1900, p. 244-245, grifo do autor).

João Ribeiro continua exaltando a conduta do alferes quando soube qual seria seu destino. Por ser um homem de extrema dignidade e honradez moldadas pelo apego à religião, Tiradentes não se abateu e foi capaz de alegrar-se pelo perdão concedido aos outros:

*Tiradentes* também, conforme o seu coração bem formado e leal, participou d'esses transportes e dizia que só elle em verdade devia ser a victima da lei e que morria jubiloso por não levar apoz si tantos infelizes que desencaminhara.

*Tiradentes* era um espirito grandemente forte e na religião achou mais largo e substancioso

conforto do que os outros companheiros de espirito leviano ou inconsiderado (RIBEIRO, 1900, p. 246, grifos do autor).

A narrativa do autor prossegue com o dia da execução, a curiosidade e tristeza do povo que acompanhava o sofrimento do condenado. Apesar da tragédia, segundo João Ribeiro, o comportamento de Tiradentes no momento da morte e o ardor com que carregava o crucifixo eram admiráveis: “Nunca se vira tanta Constancia e tamanha consolação!” (RIBEIRO, 1900, p. 247).

A explanação de João Ribeiro sobre a Inconfidência Mineira e Tiradentes é característica da visão republicana. Mesmo que o autor tenha se decepcionado com o novo regime, seu retrato de Tiradentes como um homem de elevada dignidade e profunda religiosidade era, já em 1900, a construção heróica dos republicanos sendo implantada nas escolas de nível primário e secundário através do manual escolar.

A obra escolar *História do Brasil* foi escrita antes do ingresso de João Ribeiro no IHGB, que se deu em 1915, mas foi reeditada diversas vezes. Isso demonstra que o posicionamento do Instituto em relação à

República foi se modificando gradativamente conforme o novo regime se consolidava. Os membros do IHGB, muito ligados ao Imperador e à ordem monárquica, não aceitaram num primeiro momento a implantação da República. No entanto, em 1908 o barão do Rio Branco assumiu a presidência do IHGB, enquanto exercia também o cargo de Ministro das Relações Exteriores do Brasil. Sob sua atuação o grêmio passou a fornecer documentações e fazer estudos para o governo, fomentando a aproximação definitiva entre o IHGB e novo poder político (GUIMARÃES, 2007, p. 29-30). A opinião do autor em relação a Tiradentes, portanto, não entrava em contradição com as diretrizes do IHGB. O alferes, que nos tempos da monarquia era tido como personagem irrelevante e mesmo medíocre e leviano, já não era mais uma ameaça ao poder político no período republicano, pelo contrário, era seu herói legitimador. Sendo assim, o IHGB, já integrado ao novo regime, corroborava a versão do Tiradentes mártir heroico presente na obra didática de João Ribeiro.

Após João Ribeiro, temos em José Francisco da Rocha Pombo (1857-1933) mais um autor expoente dos manuais escolares republicanos. O autor, nascido no estado do Paraná, mudou-se para o Rio de Janeiro em 1897. Atuou como poeta, historiador, jornalista e

professor da Escola Normal. Foi ainda membro do IHGB e chegou a ser eleito para a Academia Brasileira de Letras, mas faleceu antes de tomar posse (SILVA, 2013, p. 161). Agiu em defesa da República ainda no período monárquico redigindo no Paraná o jornal *O Povo: órgão destinado à causa popular*, onde reivindicava liberdade de consciência e de culto, casamento civil, direitos sociais e fazia duras críticas ao Imperador D. Pedro II. Defendia que a República deveria ser implantada pela “evolução natural” do país, classificando-se como um reformista (CORRÊA, 2009, p. 142). Decepcionou-se após a instituição do novo regime, pois não admitia a ditadura instaurada pelos militares (CORRÊA, 2009, p. 152).

Rocha Pombo é um dos principais nomes da produção didática no início do século XX. Analisaremos neste estudo o livro *História do Brasil – com muitos mappas históricos e gravuras explicativas*. A obra foi escrita por encomenda da Companhia Melhoramentos (Weiszflog Irmãos Incorporada), com primeira edição datada de 1918. Consideraremos aqui a edição de 1925, que tem um total de 311 páginas divididas em 89 lições, que vão das grandes navegações à Proclamação da República.

A lição LIV, chamada “Conjuração Mineira”, tem três páginas, onde Rocha Pombo aborda a situação do Brasil no século XVIII e o que ele chama de “abusos da administração” portuguesa, que geravam descontentamento entre os habitantes da colônia. O autor afirma que a Inconfidência foi “a primeira manifestação bem caracterizada do espírito de independência” (POMBO, 1925, p. 171) dos brasileiros, pois na capitania de Minas Gerais o povo sofria maior opressão por parte da metrópole e estava profundamente influenciado pelo exemplo de liberdade dos Estados Unidos. Estudantes que viviam na Europa logo retornaram ao Brasil e se uniram aos homens da mais alta estirpe de Minas Gerais, empreendendo um projeto de levante que era mais teórico do que prático. Para trazer ação aos planos foi incumbido o alferes Tiradentes, que “tornou-se o gênio da rebelião” (POMBO, 1925, p. 173) ao propagar as ideias libertárias pela região de Minas e Rio de Janeiro. Segundo o autor,

Era o *Tiradentes* uma grande alma, fortalecida de profunda fé, e um nobre coração agitado do ideal de justiça.

Falando com facilidade, chegava a ser eloquente e comunicativo, e não perdia um instante de servir com dedicação inextinguível a causa da pátria futura (POMBO, 1925, p. 173, grifo do autor).

Essas palavras já denotam a perspectiva republicana com a qual Rocha Pombo abordará o papel específico de Tiradentes na Inconfidência Mineira, na lição LV, dedicada somente ao alferes e intitulada “Sacrifício do Tiradentes”. Também em três páginas, o historiador fala sobre a prisão de Silva Xavier no Rio de Janeiro, onde ardorosamente fazia publicidade dos ideais de liberdade. O alferes “[...] no ardor do seu entusiasmo, não tinha tido a necessária cautela no desempenho do seu mand'ato; e mostrava-se mais solícito em assegurar adesões ao movimento que julgava imminente em Vila Rica do que em não sacrificar a causa por alguma imprudência” (POMBO, 1925, p. 174). Na interpretação de Rocha Pombo, Tiradentes pode ter colocado a causa a perder com sua exagerada propaganda, mas isso ocorreu pelo ardor com que defendia os ideais patrióticos, acreditando que os companheiros em Vila Rica estivessem colocando os planos em curso.

Sobre a prisão e condenação do alferes, Rocha Pombo aponta:

E o *Tiradentes* deu, então, provas admiráveis da sua imensa fortaleza moral, sorrindo para todos, e a todos felicitando, ufano de ir morrer pela causa a que consagrara a sua vida, e feliz de não arrastar para a morte os cúmplices da sua loucura.

Bellissimo exemplo o que deu ao mundo esse homem, crente, e forte da sua crença até o derradeiro instante, e que fica na historia patria como o typo mais glorioso, em que se personificou, nesta parte da America, o ideal de uma justiça que não tardaria (POMBO, 1925, p. 175-176, grifo do autor).

Assim como João Ribeiro e demais autores republicanos mencionados neste trabalho, Rocha Pombo enaltece a reação que Tiradentes teve ao saber que seria enforcado. Pombo não discorre muito sobre a religiosidade de Silva Xavier, pois seus capítulos são mais sucintos e não chegam a abordar o momento da execução, em que a devoção do alferes ficou mais evidenciada. Dessa forma, o autor finaliza mencionando

o que ocorreu aos outros inconfidentes, afirmando que o movimento mineiro foi um sintoma da insatisfação geral dos brasileiros com a metrópole e que os intentos de liberdade não demorariam a ser concretizados (POMBO, 1925, p. 176).

Quando produziu esta obra didática, Rocha Pombo já era membro do IHGB, onde ingressou em 1900. Da mesma forma que João Ribeiro, Pombo não contrariava o Instituto no que diz respeito à mitificação do alferes inconfidente, pois quando surgiu a primeira edição do compêndio aqui analisado (1918), o IHGB estava já condicionado à República e seus preceitos. Também o Colégio Pedro II, que no período de João Ribeiro estava sendo chamado de Ginásio Nacional, mas logo voltou a receber o nome do antigo imperador, adaptou-se aos novos rumos políticos do país. Dessa forma, os autores não contradiziam as instituições as quais estavam ligados.

A escrita de Rocha Pombo é mais sucinta que a de João Ribeiro. Já no prefácio da obra, Pombo deixa claro que, por se tratar de manual escolar, prefere trazer relatos curtos, mas que informam aos estudantes e professores o que ele considera primordial:

O que é preciso para isso, a meu ver, é ir começando por alliviar da massa dos factos o contexto historico, reduzindo a narração aos successos mais significativos, de modo a esclarecer a consciencia, a infundir sentimento, poupando o mais que fôr possível a memoria. E depois, aqueles que desejarem entrar mais fundo nas causas e mais amplamente nos assumptos - que recorram a mais largas fontes (POMBO, 1925, s/p).

Como o próprio autor aponta, o objetivo era trazer as informações significativas e que trouxessem consciência e sentimentos ao leitor. Assim sendo, no que tange a Tiradentes, Rocha Pombo destaca uma parte especial para discorrer sobre seu papel da Inconfidência Mineira, sendo apontado como homem forte, patriota, de grandeza moral, que com grande entusiasmo propagou ideias de liberdade quando o Brasil ainda sofria a dominação portuguesa. As palavras do autor certamente falavam ao sentimento de brasilidade num momento de fortalecimento da identidade nacional pautada nos preceitos republicanos.

Essas análises nos dão uma pequena demonstração de que as mudanças interpretativas

entre autores monarquistas e republicanos em relação a Tiradentes evidenciam-se nos manuais escolares. Os autores das obras didáticas, intelectuais renomados em seus períodos, sofreram influências de seus contextos de época e as incorporaram ao texto didático, contribuindo assim para a formação da identidade nacional nos meios escolares, num primeiro momento com base nos ideais do Império e posteriormente nos da República.

#### DISCURSOS MONARQUISTAS E REPUBLICANOS NOS MANUAIS ESCOLARES: TIRADENTES COMO INSTRUMENTO PARA A CONSTRUÇÃO DA NACIONALIDADE

Identificamos nas análises realizadas neste capítulo que durante a Monarquia os discursos didáticos tendiam a minimizar a importância histórica de Tiradentes e durante a República exaltavam sua personalidade e seus feitos enquanto participante da Inconfidência Mineira. Em ambos os períodos foi forte a atuação do Colégio Pedro II, principalmente no Império, onde a articulação entre a instituição de ensino e o IHGB foi decisiva para a defesa da ordem estabelecida, que não comportava um herói associado à República.

Também durante o período republicano intelectuais que lecionavam no Colégio eram membros do Instituto, mas as obras produzidas já enxergavam Tiradentes sob outra ótica, voltada à formação de identidade nacional ensejada pelo novo regime, e que passou a ser seguida também pelas duas instituições.

Arlette Gasparello aponta que no decorrer do Segundo Império fortaleceu-se a perspectiva de construção da nacionalidade através da disciplina História, sob o prisma da elite e com respaldo do Estado. A obra escolar que marca esse período é *Lições de História do Brasil*, de Joaquim Manuel de Macedo, seguida pelo compêndio homônimo de Mattoso Maia (GASPARELLO, 2002, p. 5-6). Com a mudança de regime a ideia de construção da nacionalidade permaneceu, mas ampliou-se para além da manutenção da ordem, incorporando também a formação cidadã e a busca das raízes republicanas no passado do país.

A identidade nacional construída na República tem em Tiradentes um símbolo que une o ideal político em vigência ao passado do Brasil, como se o desejo por esse regime de governo já estivesse presente entre os brasileiros que, durante o período colonial, aspiravam à libertação do jugo português através da formação de uma República. Nesse sentido, aponta Stuart Hall,

As culturas nacionais, ao produzir sentidos sobre “a nação”, sentidos com os quais podemos nos *identificar*, constroem identidades. Esses sentidos estão contidos nas estórias que são contadas sobre a nação, memórias que conectam seu presente com seu passado e imagens que dela são construídas (HALL, 2006, p. 51).

No caso de Silva Xavier, a construção da memória em torno de seus atos e as conexões destes ao momento político presente no Brasil foi feita com sucesso pelos republicanos e retransmitida à população por meio de comemorações cívicas e dos bancos escolares, importantes instrumentos de legitimação para as narrativas patrióticas, que tinham em Tiradentes um dos mais importantes símbolos.

Thais Nivia de Lima e Fonseca afirma que o ensino de história foi instrumento para o fortalecimento do Estado Nação na Europa, contribuindo para a afirmação dos países perante outras nações e a legitimação dos poderes constituídos. Nesta perspectiva, os livros didáticos podiam ser entendidos como produtos de elaborações políticas e ideológicas (FONSECA, 2003, p. 26-27) e no Brasil essa relação também ocorreu. Neste artigo optamos por demonstrar que os intelectuais,

autores de manuais escolares importantes na conjuntura monárquica e republicana, refletiram seus posicionamentos políticos nos discursos de suas obras e contribuíram para a legitimação dos poderes vigentes através do ensino de história.

## REFERÊNCIAS

### Fontes

MACEDO, Joaquim Manuel de. **Lições de História do Brasil para uso das escolas de instrução primária**. Rio de Janeiro: H Garnier, s/d.

MAIA, Luiz de Queirós Mattoso. **Lições de História do Brasil (6ªed.)**. Niterói: Tipografia Amerino, 1908.

POMBO, José Francisco da Rocha. **História do Brasil – com muitos mappas históricos e grauras explicativas**. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1925.

RIBEIRO, João. **História do Brasil – adaptada ao ensino primário e secundário**. Rio de Janeiro: Livraria Cruz Coutinho, 1900.

### Bibliografia

ABUD, Katia Maria. “Currículos de História e políticas públicas: os programas de História do Brasil na escola secundária” In.: BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes (org.). **O saber histórico na sala de aula (5ª ed.)**. São Paulo: Contexto, 2001.

ALVES, Gilberto Luiz. “Manuais didáticos de História do Brasil no Colégio Pedro II: do Império às primeiras décadas da República”. In.: **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, v. 35, p. 230-249, 2009.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. “Autores e editores de compêndios e livros de leitura (1810-1910)”. In.: **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 475-491, 2004.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos (2ª ed.)**. São Paulo: Cortez, 2008.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CORRÊA, Amélia Siegel. “Imprensa política e pensamento republicano no Paraná no final do XIX”. In.: **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 17, n. 32, p. 139-158, 2009.

COSTA, Eliezer Raimundo de Souza. **Saber acadêmico e saber escolar: História do Brasil, da historiografia à sala de aula**. 2008. 207 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

FERNANDES, Ricardina Reis. “Colégio Pedro II – Um colégio na História do Brasil”. In.: **VII HISTEDBR - Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas (História, Sociedade e Educação no Brasil)**. Campinas: Graf. FE: HISTEDBR, p. 1-17, 2006.

FONSECA, Thais de Lima e Fonseca. **História & Ensino de História**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

FREITAS, Itamar. “João Ribeiro e o ofício do historiador: seus leitores, suas prescrições”. In.: **Anais do XXII Simpósio Nacional de História**, João Pessoa, p. 1-12, 2003. Disponível em: < [\[content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S22.315.pdf\]\(http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S22.315.pdf\)>, acesso em 14/01/2016.](http://anais.anpuh.org/wp-</a></p></div><div data-bbox=)

GASPARELLO, Arlette Medeiros. “A pedagogia da nação nos livros didáticos de História do Brasil do Colégio Pedro II (1838-1920)”. In.: **Anais do II Congresso Brasileiro de História da Educação: história e memória da educação brasileira**. Natal, p.1-10, 2002. Disponível em: < <http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema6/0655.pdf>>, acesso em 12/01/2016.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. **Da Escola Palatina ao Silogeu: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938)**. Rio de Janeiro: Editora Museu da República, 2007.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade (11ª ed.)**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

MICELI, Paulo. **O mito do herói nacional (4ª ed.)**. São Paulo: Contexto, 1994.

MOREIRA, Kênia Hilda. “Livros didáticos de História no Brasil do século XIX: Questões sobre autores e editores”. In.: **Educação e Fronteiras**, Dourados, v. 3, n. 5, p. 31-44, 2010.

QUEIROZ, Juliana Maia de. **As múltiplas facetas de Joaquim Manuel de Macedo: um estudo de A carteira de meu tio; Memórias do sobrinho de meu tio e A luneta mágica.** 2011. 159 f. Tese (Doutorado) - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

RIBEIRO, Renilson Rosa. “Zumbi – herói étnico, Tiradentes – herói nacional: O jogo das representações didáticas nos manuais escolares de História do Brasil”. In.: **Anais do XXIV Simpósio Nacional de História**, São Leopoldo, p. 1-10, 2007. Disponível em : <<http://anais.anpuh.org/?p=15050>>, acesso em 30/11/2015.

RODRIGUES, Rogério Rosa. “João Ribeiro e o cenário cultural brasileiro na Primeira República” In.: **Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História**, Florianópolis, p.1-8, 2015. Disponível em: <[http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1438292368\\_ARQUIVO\\_Rodrigues,RR.JoaoRibeiroANPUH.pdf](http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1438292368_ARQUIVO_Rodrigues,RR.JoaoRibeiroANPUH.pdf)>, acesso em 13/01/2016.

RODRIGUES, Rogério Rosa. “Traços Biográficos de João Ribeiro ou as muitas faces de João – Viva a São João”. In.: **Revista História (São Paulo)**, São Paulo, v. 32, n. 1, p. 377-400, 2013.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos (2ª ed.)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SILVA, Alexandra Lima da. “Um professor do sul viaja para o norte: olhares sobre o ensino e a circulação de livros didáticos de História”. In.: **Em Tempo de Histórias**, Brasília, n. 23, p. 160-174, 2013.

Recebido em: 01/07/2016

Aprovado em: 11/07/2016

Publicado em: 06/08/2016

## NOTAS

---

<sup>i</sup> Informações obtidas no site do Laboratório de Ensino e Material Didático (LEMAD) da USP. Disponível em: <<http://lemad.fflch.usp.br/node/5359>>, Acesso em 17/01/2016.

<sup>ii</sup> O prefácio da edição de 1908 de *Lições de História do Brasil* foi escrito por um (a) filho (a) de Mattoso Maia e assinado com uma rubrica, por isso não conseguimos identificar seu nome.

<sup>iii</sup> Com a Proclamação da República em 1889, o colégio que recebia o nome do antigo Imperador passou a se chamar Instituto Nacional de Instrução Secundária e depois Ginásio Nacional, até que em 1911 voltou a ser chamado de Colégio Pedro II (FERNANDES, 2006, p. 2).